

Esforço contra atraso institucional

(Itamar Cardin)

Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano passado revela que apenas 47% da população brasileira têm acesso à rede de coleta de esgoto. E só 20% do que é recolhido recebe tratamento.

A promulgação do marco do saneamento no início de 2008, somada aos investimentos previstos de R\$ 40 bilhões pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no setor, trouxe boas perspectivas para uma área em que o Estado continua em sério débito com os cidadãos. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) no ano passado revela que apenas 47% da população brasileira têm acesso à rede de coleta de esgoto. E só 20% do que é recolhido recebe tratamento. São quase 100 milhões de brasileiros convivendo de perto com seus próprios dejetos e os dos vizinhos.

Mas se o caminho parece ter sido finalmente traçado com regras mais firmes e com o reforço de investimentos, o problema agora passa a ser percorrê-lo e ampliá-lo para que ele não seja insuficiente. "Estamos no rumo certo. A lei estabelece regras e teremos maiores investimentos com o PAC", diz Raul Pinho (foto), diretor executivo do Instituto Trata Brasil, criada em outubro do ano passado por empresas da cadeia de tubos e conexões, pela FGV e por outras associações. "A questão é que só este panorama não resolverá. Precisamos de R\$ 200 bilhões para resolver os problemas de saneamento do Brasil e o PAC investirá R\$ 40 bilhões em quatro anos. Precisamos na verdade de cinco PACs".

É preciso mais: determinação para compensar o atraso institucional do setor no País. O marco do saneamento foi aprovado no início do ano, mas seis meses depois sua regulamentação ainda não foi concluída. Para Pinho, "não há a necessidade urgente de regulamentação porque nada impede que a lei seja implementada." O processo, no entanto, faz lembrar a própria Lei do Saneamento e os vinte anos em que levou para ser aprovada. Segundo o diretor executivo, o principal motivo para esse atraso foi a disputa entre estados e municípios.

Corporativismo

"Os municípios que não aceitaram conceder o serviço às empresas estaduais, na década de 1970, administraram com recursos próprios. Criou-se uma divisão." Da cisão nasceu um grande corporativismo nas empresas estaduais, que dificultou o processo até o início do governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 5 de janeiro de 1995, o ex-presidente vetou na íntegra um marco regulatório aprovado pela Câmara e o debate se prolongou novamente por mais de um decênio.

Além desses 20 anos, o setor também passou outros 17 sem ter nenhum órgão regulador. O saneamento básico era controlado desde 1971 pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), extinto em 1986, e só voltou a ter respaldo federal com a criação do Ministério das Cidades, em 2003. "Durante este tempo, o setor ficou sem pai nem mãe. A ingerência é uma das causas dos grandes problemas de saneamento que o Brasil enfrenta", explica Pinho.

Como os recursos públicos dificilmente serão suficientes para cobrir o déficit, Pinho afirma que uma das soluções seria investir em Parcerias Público-Privadas (PPP). "Embora seja uma questão só estatal, é preciso parceiros privados. São eles que podem auxiliar com investimentos." As PPPs ainda não são comuns no setor, mas aos poucos começam a se difundir. "É um movimento que começou de forma bastante tímida, mas que pode significar o diferencial que precisamos", garante.

A própria Lei do Saneamento acena para a maior perspectiva de parcerias ao criar regras que dêem transparência para o setor e estabeleçam critérios para questões como subsídios e regimes tarifários. Em junho deste ano, a Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp) assinou contrato com o consórcio formado pela Companhia Águas do Brasil (CAB Ambiental) e pela Galvão Engenharia para aumentar a capacidade no Sistema Alto Tietê, responsável pelo abastecimento de 15% da população da Região Metropolitana de São Paulo, de 10 m³ por segundo para 15.

Empresas privadas

Outro caminho que pode estar começando a aparecer é a participação direta de grandes empresas privadas no setor. Como demonstra a investida da Odebrecht, que criou a Odebrecht Engenharia Ambiental (OEA) no final do ano passado e funciona como uma holding de saneamento do grupo. A empresa criou duas empresas nos últimos dois meses, a Saneamento Brasil e Lúmina. A primeira atuará apenas no setor de água e esgoto e controlará inicialmente as quatro concessões que a Odebrecht já possui, enquanto a segunda, já presente no Pólo de Camaçari, na Bahia, tratará rejeitos industriais e tentará ampliar suas operações à região Sudeste.

Apesar da promessa do governo de liberar R\$ 40 bilhões com o PAC até 2010 apenas para medidas de saneamento básico, nem cerca de 2% dessa dinheiro está disponível. Pinho explica que as verbas somente serão concedidas quando o

município apresentar um pré-projeto com o projeto de engenharia, o licenciamento ambiental e por fim a licitação da obra pretendida. "O governo federal dá o dinheiro, mas não faz. Esse período prévio leva certo tempo e, como as obras do PAC estão começando agora, é possível dizer que até hoje não saiu nem R\$ 500 milhões."

O aumento da responsabilidade do município, que começa com a preparação do projeto exigido pelo PAC, é também uma das implicações da nova Lei do Saneamento. Em sua primeira exigência ela estabelece que a cidade apresente um plano com a previsão de quando o serviço será universalizado. Na opinião de Pinho, a medida pode ser uma boa solução para combater a falta de planejamento que há tantos anos atrapalha o setor no Brasil. "A lei está certíssima nesse ponto. As obras vêm sendo feitas sem planejamento integrado, existem municípios que fazem o serviço mas jogam o esgoto no rio."

Calote

A lei dispõe que os planos deverão ser aprovados até 2010. E é aí que podem começar os problemas. A penalidade para quem não apresentar os projetos será o não recebimento de recursos federais, como do FAT e do FGTS, mas como só existem esses recursos disponíveis para o saneamento, o Pinho alerta que o governo acabará pagando mesmo que o município não tenha planejamento. Na tentativa de evitar esse calote às avessas, o Ministério das Cidades está incentivando a efetivação dos programas diretamente com as prefeituras.

O executivo garante que depois de 30 anos o entendimento entre o governo estadual e o municipal nas questões de saneamento começou a existir - as administrações locais foram obrigadas a repassar o controle do setor a órgãos estaduais na década de 1970, criando um entrave que parecia insuperável - e pode facilitar o processo. "A Sabesp, por exemplo, auxilia as administrações municipais a traçarem planos", ilustra.

As eleições municipais deste ano, num período em que o setor vive profundas transformações, podem balizar as melhorias futuras de saneamento básico no País. "Saneamento é obra invisível e, dependendo do ponto de vista, compensa tapar buracos e construir praças" afirma. "Mas os prefeitos que assumirem agora não podem interromper os contratos. Precisamos de política de Estado, não de governo."

O êxodo rural seguido pela falta de políticas de planejamento também foi outro agravante que prejudicou o País e propiciou o atual cenário. "O problema se agravou de maneira exponencial e o poder público não conseguiu acompanhar. Foi falta total de investimento", diz Pinho, antes de concluir. "A situação sempre é pior para a periferia e para a população de baixa renda".